



acadêmicos e jornalísticos da "inteligência" liberal revela-nos a concepção de mundo implícita na defesa das "reformas estruturais", dentre elas a da Previdência: deve-se, segundo a ideologia liberal, elevar a idade mínima da aposentadoria para 70 anos (adiar ao máximo o "gozo" dos "privilégios" previdenciários), desvincular o piso previdenciário da variação do salário mínimo e impor limites aos benefícios assistenciais aos idosos miseráveis e que não contribuíram na sua vida "produtiva" à previdência (como uma forma inclusive de desestimular a informalidade, na medida em que os "malandros", ao perceberem que não mais teriam a "regalia" de obterem benefícios sem terem contribuído, seriam induzidos na juventude a contribuir para os cofres previdenciários da União).

Em suma, os idosos não importam, não são "produtivos", seu consumo, "sustentado" pelos gastos sociais do Estado, constitui um "atentado" à economia nacional, na medida em que eleva o déficit previdenciário, o qual exige a cobertura do Tesouro Público e a tomada pelo Estado de dívida junto ao mercado: os juros, por isso, elevam-se, diminuindo a disponibilidade de crédito ao setor privado, os gastos de consumo das famílias e de investimento das empresas inibem-se, e não se alcança o "crescimento sustentado de longo prazo".

Os liberais vêem, assim, as pessoas e suas necessidades como engrenagens da máquina de crescimento do capital; as peças velhas e obsoletas devem ser substituídas por mais novas e aperfeiçoadas, e como aquelas não contribuem para a sobrevivência mesma do capital e do seu regime devem ser simplesmente descartadas ou relegadas a uma vida vegetativa, obtendo do Estado e da sociedade apenas o mínimo "tolerável".

Na visão dos críticos do pensamento e da ideologia liberal, qualquer necessidade social, de qualquer faixa etária da população, é "bem focalizado e produtivo", no sentido de que se trata de um direito que as maiorias, à custa de lutas de gerações e gerações de trabalhadores, lograram conquistar e que lhes permitem gozar os benefícios da modernidade e da civilização.

Os gastos sociais do Estado representam uma fração do produto (nas palavras de Marx do "valor novo") que é "arrancado" ao capital (o apetite do capital por riqueza não tem limites, seu impulso por recursos humanos e naturais somente é refreado na base das lutas sociais do povo) e que possibilitam as maiorias aprimorarem sua capacidade de trabalho, tornando-a contemporânea dos avanços técnicos, científicos e culturais, bem como mantendo-a protegida contra as vicissitudes da vida ordinária, da saúde e das incertezas sócio-econômicas. A carta de 88 consagrou as necessidades de educação, saúde, seguridade social como direito.

Para o pensamento social e econômico crítico (alinhado com os interesses e necessidades das maiorias) trata-se não de reformar para abolir conquistas e garantias constitucionais do povo brasileiro (como as propostas de reforma trabalhista, sindical e previdenciária que estão na pauta das candidaturas liberais de tucanos e de lulistas): mas de alterar o atual regime de política econômica para viabilizar o crescimento do produto e da renda nacionais, e, desse modo, tornar não apenas efetiva as benesses sociais da Carta de 88, como também ampliá-las e diversificá-las. Com o progresso material, científico e tecnológico alcançado na contemporaneidade, que permitiria em pouco tempo atender as necessidades mais elementares dos brasileiros, não é possível aceitar que as causas da longa estagnação econômica do Brasil decorram dos gastos estatais com aposentadorias, pensões e seguridade social. Nem mesmo Malthus, que na sua ignorância dos fundamentos da economia capitalista alegava que a população crescia à frente dos fundos disponíveis de consumo, chegaria tão longe na defesa da crença liberal como seus herdeiros contemporâneos.

Ao contrário, a famigerada "crise da previdência social" mostra essencialmente que o capital vem apresentando nas últimas décadas dificuldades para crescer como nos tempos "dourados" do

segundo pós-guerra; para compensar a perda de lucratividade apossa-se, então, dos fundos públicos constitucionais destinados à seguridade social, à saúde e educação (com o apoio dos seus representantes políticos no Parlamento e com a campanha de "criminalização" dos gastos sociais do Estado levada a cabo pelos grandes órgãos de imprensa); com isso, a curva de lucros decrescente reverte-se à custa da piora da qualidade de vida, da insegurança econômica e do empobrecimento das maiorias.

Parafraseando o bardo inglês: Há mais mistérios entre o céu e a terra do que imagina a vã sabedoria liberal.

---

\* Em 1847, Marx publicou conhecida brochura "Miséria da Filosofia" como crítica devastadora à obra "Filosofia da Miséria" de Proudhon, um dos intelectuais socialistas mais influentes da Europa no século XIX.

O presente artigo apropriou-se do título da obra de Marx para realçar o caráter crítico do texto e também para enfatizar a baixeza, a vileza, enfim, a "miséria" da concepção de mundo da ideologia econômica e social liberal, a qual exerce influência hegemônica na agenda política de lulistas e tucanos ( as duas candidaturas presidenciais favoritas no pleito deste ano).

**A JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.